atos das Câmaras Cíveis, bem como dos respectivos Presidentes ou Desembargadores. art.6º- Compete às Câmaras Cíveis de numeração 1ª a 27ª: I processar e julgar: a) os mandados de segurança e o habeas data contra atos dos Juízes e membros do Ministério Público Estadual de primeira instância em matéria cível, salvo os dos Juízes dos Juizados Especiais Cíveis ou de suas Turmas Recursais; b) os mandados de segurança e o habeas data contra atos dos Secretários de Estado, dos Prefeitos da Capital e dos Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior da Defensoria Pública, dos Procuradores-Gerais de Justiça e do Estado; Outrossim, a Lei nº 6.956/15 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro - LODJ no seu art. 44, II dispõe que compete aos Juízes de Direito de Fazenda Pública o processamento e julgamento do mandado de segurança quando a autoridade coatora for estadual ou municipal, in verbis: Art. 44 Compete aos juízes de direito em matéria de interesse da Fazenda Pública processar e julgar: (...) II - mandados de segurança quando a autoridade coatora for estadual ou municipal, excetuadas as hipótese de competência originária do Tribunal de Justiça; Desta feita, remeta-se, por meio da divisão de protocolo, para uma das varas com competência fazendária da Comarca de Cachoeiras de Macacu. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018. Des. ELISABETE FILIZZOLA 1ª Vice-Presidente Primeira Vice-Presidentência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Gabinete Primeira Vice-Presidentência Rua Dom Manuel, 37, sala 502, Lâmina III Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.010-090

007. 3204/2018.00727430 - UNIDAS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA , ROBERTO LEITE SILVA JUNIOR , ROBERTO LEITE SILVA , RICARDO MARFORI SAMPAIO OAB/RJ-161295 DESPACHO: Protocolo nº 3204/2018.00727430 DECISÃO Trata-se de protocolo de mandado de segurança direcionado a esta Primeira Vice-Presidentência por meio do Portal Web para distribuição a uma das Câmaras Cíveis, Seção Cível ou, se for o caso, ao Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça. Ocorre que a autoridade apontada como coatora, Juiz de Direito do Cartório do Juizado Especial Adjunto Cível de Porto Real Quatis, não se encontra no âmbito da competência originária deste E. Tribunal de Justiça, a qual inclui os Juízes de primeira instância em matéria cível, excluídos os Juízes dos Juizados Especiais ou das Turmas Recursais. Nesse sentido, artigo 3º, I, "e" e artigo 6º, I, "a" ambos do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, in verbis: art.3º- Compete ao Órgão Especial: I Processar e julgar, originariamente: e) os mandados de segurança e habeas data, quando impetrados contra atos do Governador, da Assembleia Legislativa, sua Mesa e seu Presidente, do próprio Tribunal ou de seu Presidente e Vice-Presidentes, do Corregedor Geral da Justiça, dos Grupos de Câmaras Criminais, do Conselho da Magistratura, do Tribunal de Contas e do Conselho de Contas dos Municípios, e os mandados de segurança contra os atos das Câmaras Cíveis, bem como dos respectivos Presidentes ou Desembargadores. art.6º- Compete às Câmaras Cíveis de numeração 1ª a 27ª: I processar e julgar: a) os mandados de segurança e o habeas data contra atos dos Juízes e membros do Ministério Público Estadual de primeira instância em matéria cível, salvo os dos Juízes dos Juizados Especiais Cíveis ou de suas Turmas Recursais; b) os mandados de segurança e habeas-data contra atos dos Secretários de Estado, dos Prefeitos da Capital e dos Municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) eleitores, do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior da Defensoria Pública, dos Procuradores-Gerais de Justiça e do Estado; Contudo, a Lei nº 6.956/15 - Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro - LODJ no seu art. 63, §1º dispõe que compete às Turmas Recursais o julgamento de mandado de segurança das decisões proferidas pelos Juizados Especiais, nos seguintes termos: Art. 63 Integram o Sistema de Juizados Especiais os Juizados Especiais Cíveis, os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais da Fazenda Pública e respectivas Turmas Recursais, com a competência prevista na legislação federal. §1º As Turmas Recursais terão competência para o julgamento de mandados de segurança, habeas corpus e recursos das decisões proferidas pelos Juizados Especiais de todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, bem como de outras ações e recursos a que a lei lhes atribuir competência. Desta feita, encaminhe-se, por meio da Divisão de Protocolo, para uma das Turmas Recursais. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2018. Des. ELISABETE FILIZZOLA 1ª Vice-Presidente Primeira Vice-Presidentência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Gabinete Primeira Vice-Presidentência Rua Dom Manuel, 37, sala 502, Lâmina III Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.010-090

id: 3162894

*** 1VP - DEPTO AUTUACAO E DISTRIBUICAO CIVEL ***

CANCELAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

*** 1o VICE - PRESIDENCIA ***

Rua Dom Manuel, 37 - 5o. andar - Sala 517 Lamina III
RELAÇÃO DE PROCESSOS EXCLUÍDOS DA DISTRIBUIÇÃO

001. APELAÇÃO 0038709-43.2016.8.19.0001 Assunto: Propriedade Fiduciária / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: MEIER REGIONAL 7 VARA CIVEL Ação: 0038709-43.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00729375 - APELANTE: BANCO GMAC SA ADVOGADO: HIRAN LEÃO DUARTE OAB/RJ-190385 APELADO: MARINA MOREIRA SILVA ARAUJO Relator: **DES. ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTOVYCH** Motivo: Por afastamento do relator logo após distribuição TEXTO:

002. APELAÇÃO 0001906-37.2013.8.19.0043 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: PIRAI VARA UNICA Ação: 0001906-37.2013.8.19.0043 Protocolo: 3204/2018.00715897 - APELANTE: DEVANIR CORREA DE OLIVEIRA ADVOGADO: SANDRA FATIMA DE OLIVEIRA OAB/RJ-075549 ADVOGADO: ROBERTO DA SILVA ARAUJO OAB/RJ-132153 APELADO: MGR COMERCIO DE ROUPAS LTDA ME ADVOGADO: DR(a). MARCOS ALMEIDA JUNQUEIRA REIS OAB/MG-081392 ADVOGADO: MARCOS ALMEIDA JUNQUEIRA REIS OAB/RJ-127983 Relator: **DES. DENISE LEVY TREDLER** Motivo: Por afastamento do relator logo após distribuição TEXTO:

003. APELAÇÃO 0003002-96.2003.8.19.0024 Assunto: Cobrança de Tributo / Dívida Ativa / DIREITO TRIBUTÁRIO Origem: ITAGUAI CENTRAL DE DIVIDA ATIVA Ação: 0003002-96.2003.8.19.0024 Protocolo: 3204/2018.00718022 - APELANTE: MUNICIPIO DE ITAGUAI PROC.MUNIC.: RENATA MARCIA MARTINS SOARES GOMES APELADO: ELECI JOSE DE SOUZA E SOUSA Relator: **DES. LUIZ ROBERTO AYOUB** Motivo: Por afastamento do relator logo após distribuição TEXTO: